

<b>Título</b>	<b>Empresas ou coletoras de impostos?</b>
<b>Veículo</b>	<b>Canal Energia</b>
<b>Data</b>	<b>22 Jun 2005</b>
<b>Autor</b>	<b>Claudio J. D. Sales</b>

### **Empresas ou coletoras de impostos?**

*As empresas, obrigadas a desempenhar o papel de coletoras de impostos, apenas estão a serviço do rei e estão engajadas na luta para diminuição de tamanha distorção*

*If you drive a car, I'll tax the street*

*If you try to sit, I'll tax your seat*

*If you get too cold, I'll tax the heat*

*If you take a walk, I'll tax your feet [2]*

Foi com o trecho acima, extraído da canção “Taxman”, escrita em 1962, pelo beatle George Harrison, que foram abertos os trabalhos do Fórum CBIEE “Tributos e Encargos no Setor Elétrico Brasileiro”, dia 7 de junho, no Rio de Janeiro. O grande “tributarista” britânico já apontava as enormes distorções que a carga de impostos provoca na cadeia produtiva. Nos versos, a fúria arrecadatória do Estado é representada pelo coletor de impostos.

Impostos são ineficientes por definição. A microeconomia demonstra que a simples existência de impostos gera o chamado “peso-morto”, uma perda de valor que não é transferida nem para o Estado, nem para produtores nem para consumidores. É pura perda de bem-estar para a sociedade. Quanto maior a carga de impostos, maior essa ineficiência.

No Fórum, ficou explícita a total união dos agentes ao redor de uma agenda para redução da carga de tributos e encargos, hoje superior aos 40% em nível nacional. A absoluta unanimidade das associações e do setor industrial já tem produzido estudos e simulações que demonstram a irracionalidade de se cobrar tantos impostos de um setor que está na base de todas as cadeias produtivas.

Temos ouvido muito a expressão “desoneração tributária para setores essenciais”. Apoiamos totalmente o conceito, mas fica a pergunta: o que é mais essencial que energia elétrica, serviço usado para produzir alimentos (inclusive os da cesta básica), mover fábricas, iluminar vias públicas e residências, aquecer água? De acordo com os políticos, serviços como o de telecomunicações, rodovias, call centers, e (pasmem!) parques temáticos são mais essenciais que eletricidade: todos esses setores foram excluídos das novas regras para o PIS/COFINS, regras que gerarão um aumento de 4% nas tarifas elétricas. É triste ver que as ações não confirmam o discurso.

A desproporcional carga tributária que incide sobre o setor, a despeito da importância que o mesmo tem para a economia brasileira, confirma que não são princípios de justiça que orientam a política de impostos. São princípios arrecadatórios. É fácil e é eficiente arrecadar do setor elétrico. A evasão fiscal é nula: as empresas recolhem seus impostos com base nas contas emitidas e não com base nas contas pagas. Por mais bizarro que possa parecer, o setor público

(responsável por 27% da inadimplência das contas de eletricidade) acaba recebendo repasses dos impostos pagos pelas distribuidoras mesmo quando não pagam suas próprias contas.

De acordo com a piada que corre no setor, esse mecanismo é uma brilhante máquina de financiamento público. Quase uma máquina de emitir dinheiro: entidades públicas consomem energia, deixam de pagar suas contas, resistem juridicamente aos desligamentos alegando prestação de serviços essenciais à população, e se beneficiam com os impostos que já foram recolhidos das contas não pagas.

Durante o Fórum, ouvimos propostas animadoras de dois parlamentares. O senador Rodolpho Tourinho aponta a necessidade de incluir o setor elétrico na lista de setores excluídos dos últimos aumentos do PIS/COFINS e adianta que, se o Poder Executivo tiver vontade política, o projeto de lei tramitará rapidamente. O deputado federal Eduardo Gomes propôs a adoção de um congelamento nominal da arrecadação de impostos. Com o crescimento de mercado ao longo do tempo, esse congelamento promoveria a diminuição percentual da carga tributária. A ambos merecem nossos aplausos pela iniciativa e pela sensibilidade.

Trinta bilhões de reais foram arrecadados de impostos e encargos em 2004 somente nas atividades de distribuição de energia, o que torna a política tributária vigente um verdadeiro desastre. E a principal causa para o aumento das tarifas é a escalada de tributos e encargos, mas quem fica com a imagem ferida são as empresas. O setor, porém, está mobilizando-se. Estamos construindo um plano com ações de curto e longo prazo que darão transparência às tarifas. O real custo de energia ficará evidente e os holofotes serão colocados sobre os reais beneficiados pela violenta carga tributária na conta de eletricidade.

A sociedade precisa ser informada: as empresas, obrigadas a desempenhar o papel de coletoras de impostos, apenas estão a serviço do rei e estão engajadas na luta para diminuição de tamanha distorção. Por enquanto, o rei parece não ter nos ouvido. Contamos, no entanto, com duas vozes potentes num regime democrático: a opinião pública e o Congresso.

[1] Claudio Sales é presidente da Câmara Brasileira dos Investidores em Energia Elétrica. A CBIEE é constituída pelos 16 maiores grupos empresariais de investidores privados, brasileiros e estrangeiros, responsáveis por 66% da distribuição e 28% da geração de energia no país.

[2] Numa tradução mais livre: Se você dirigir um carro, eu taxarei as ruas / Se você tentar se sentar, eu taxarei as cadeiras / Se você sentir frio, eu taxarei os aquecedores / Se você caminhar, eu taxarei seus pés.